

Práticas narrativas coletivas e grupais: um convite à reflexão sobre suas diferenças

Camila Martins Lion

Laura Vilela e Souza

Letícia Trombini Vidotto

Neftali Beatriz Centurion

RESUMO

O presente artigo visa empreender uma discussão teórica sobre conceitualização e os fundamentos das práticas narrativas coletivas (PNC), na tentativa de dar visibilidade para as especificidades de seu uso em grupos terapêuticos. As PNC surgiram da conexão das ideias da terapia narrativa ao trabalho com pessoas que vivenciaram situações intensas de sofrimento e trauma. Neste artigo, os aspectos fundamentais que sustentam as PNC e as diferentes metodologias de trabalho propostas por ela são exploradas: metodologias narrativas coletivas metafóricas, metodologias narrativas coletivas temáticas e metodologias de documentação narrativa coletiva. Por fim, alguns aspectos são discutidos que visam evidenciar que nem toda prática em grupo pode ser considerada uma PNC. Em especial, ressalta-se que há diferenças entre PNC e práticas narrativas em grupo (PNG), visto que, apesar de partirem de premissas semelhantes, possuem encontros e desencontros em suas intencionalidades e modos de uso.

Palavras-chave: terapia narrativa, práticas narrativas coletivas, grupo.

ABSTRACT

Collective narrative practices: reflections on their use in therapeutic groups

This article aims to undertake a theoretical discussion on the concepts and fundamental aspects that support collective narrative practices (CNP), in an attempt to give visibility to the specificities of their use in therapeutic groups. The CNP emerged from connecting the ideas of narrative therapy to practice with people who experienced intense situations of suffering and trauma. At first, the fundamental aspects that support this practice are presented, then, how different work methodologies are explored by it in more detail, among them: metaphorical collective narrative methodologies; collective narrative methodologies; collective documentation methodology. Finally, we discussed some aspects that aim to show that not every group practice can be considered a collective narrative practice. In particular, it is emphasized that there are differences between collective narrative practices and group narrative practices, since, despite starting from collective narratives with similar premises, they have encounters and disagreements in their intentions and modes of use.

Keywords: narrative therapy, collective narrative practices, group.

Sobre os Autores

C. M. L.
orcid.org/0000-0001-6096-6024
Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Ribeirão Preto
(FCLRP/USP) – Ribeirão Preto,
São Paulo (SP)
camilamlionpsi@gmail.com

L. V. S.
orcid.org/0000-0001-6096-6024
Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Ribeirão Preto
(FCLRP/USP) – Ribeirão Preto,
São Paulo (SP)
laura@ffclrp.usp.br

L. T. V.
orcid.org/0000-0002-1367-3074
Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Ribeirão Preto
(FCLRP/USP) – Ribeirão Preto,
São Paulo (SP)
leticiaavidotto@gmail.com

N. B. C.
orcid.org/0000-0002-7236-9275
Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Ribeirão Preto
(FCLRP/USP) – Ribeirão Preto,
São Paulo (SP)
neftalicenturion@gmail.com

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



A terapia narrativa surgiu por volta da década de 1980, no âmbito clínico da terapia familiar. Considerando a proposta de White e Epston (1990), o ponto central dessa prática terapêutica é o entendimento de que ao contar sobre suas experiências as pessoas as organizam de modo narrativo. Com isso, alguns aspectos ganham visibilidade enquanto outros são marginalizados ou subjugados, e os sentidos sobre essas experiências e sobre a identidade das pessoas vão sendo construídos.

Assim, para a terapia narrativa há sempre narrativas alternativas a serem contadas sobre os problemas e as situações vividas, apostando na identificação das lacunas e dos pontos invisibilizados na narrativa dominante. A busca pelas narrativas alternativas na terapia opõe-se a uma lógica ocidental psicopatologizante e pretende “objetificar” o problema relatado, tratando-o como separado da identidade da pessoa, em um processo nomeado como “externalização” (White, 2007; White & Epston, 1990).

O processo terapêutico narrativo busca desconstruir narrativas dominantes e fortalecer narrativas alternativas, por meio dos mapas de posicionamento construídos com os recursos conversacionais de externalização, reautoria e lembrança. A externalização separa a pessoa do problema e de seus efeitos, por meio de uma descrição detalhada. A reautoria resgata aspectos da história ofuscados pelo problema, revelando valores, crenças e habilidades que sustentam respostas de enfrentamento e contribuem para a ressignificação da experiência e da identidade. Já a lembrança reconecta a pessoa a figuras significativas de apoio, valorizando relações de contribuição mútua no enfrentamento das dificuldades (Batista et al., 2018; Grandesso, 2011; White, 2007).

Com o objetivo de expandir o uso das ideias narrativas para além da terapia individual e familiar, David Denborough iniciou, na década de 1990, o desenvolvimento das práticas narrativas coletivas (PNC). Essa construção foi influenciada pelos trabalhos do Just Therapy Team (Kiwi Tamalieutu Tamasese) da Nova Zelândia, pelos estudos feministas de Cheryl White e pelos diálogos com Paulo Freire sobre a promoção de transformações sociais mais amplas (Denborough, 2008, 2012).

Conformem mencionam Romite e Rasera (2024), as práticas narrativas coletivas vêm sendo utilizadas em diversos países, com destaque para Austrália, Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, China, Cingapura, Brasil, México, Colômbia, Bélgica, Nepal, Holanda e Ruanda. Esses países têm aplicado tais práticas especialmente em contextos institucionais de cuidado psicossocial, como hospitais, escolas, centros comunitários e instituições de acolhimento. As populações atendidas são variadas, abrangendo desde crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social até refugiados, vítimas de violência, pessoas em sofrimento psíquico, homens em privação de liberdade, famílias em situação de conflito e pessoas enfrentando dificuldades econômicas.

Embora diversas intervenções sejam identificadas na literatura como sendo PNC, muitas delas apresentam maior semelhança com formatos de prática narrativa em grupo

(PNG), o que evidencia um afastamento dos princípios originais que fundamentam a abordagem coletiva. Esse desvio implica limitações na promoção do empoderamento e no fortalecimento das comunidades envolvidas. As PNC, ao priorizarem o conhecimento local e a ação conjunta, oferecem um potencial significativo para o engajamento sociopolítico. No entanto, esse potencial tem sido subutilizado, uma vez que, embora técnicas da abordagem sejam aplicadas em grupos, nem sempre se observa um comprometimento com intervenções voltadas à transformação social e à construção coletiva do cuidado (Romite & Rasera, 2024).

Romite e Rasera (2024) ressaltam que as aplicações dessas práticas têm apresentado uma combinação diversa entre recursos da terapia narrativa e das PNC, cuja aplicação se mostra versátil ao permitir intervenções em diversos contextos e com diferentes públicos. No entanto, os seus efeitos têm favorecido predominantemente transformações em nível individual. Isso pode estar relacionado ao fato de que, embora a compreensão do problema adotada por muitos profissionais seja de ordem social, as estratégias de intervenção acabam se orientando por intencionalidades de mudança individual.

Tendo isso em vista, consideramos que compreensões mais limitadas sobre os fundamentos teóricos das PNC levam ao risco de reduzi-la a um passo a passo tecnicista, sem sua contextualização, e sem se aproveitar da reflexão crítica realizada por seu idealizador com relação a como uma prática em grupo pode ser mais potente em termos de transformações sociais. Assim sendo, empreendemos neste artigo uma discussão teórica sobre os conceitos e aspectos fundamentais que sustentam as práticas narrativas coletivas, na tentativa de dar visibilidade para as especificidades ao utilizá-las em grupos terapêuticos.

ASPECTOS FUNDAMENTAIS DAS PRÁTICAS NARRATIVAS COLETIVAS

Segundo Denborough (2008, 2012), as PNC surgiram na tentativa de produção de práticas que conectassem as ideias da terapia narrativa ao trabalho com pessoas que vivenciaram situações intensas de sofrimento. Foram desenvolvidos, por exemplo, trabalhos com crianças sul-africanas que tiveram suas famílias e comunidades assoladas pelo vírus da HIV/AIDS; com a população palestina experienciando a ocupação; com israelenses enfrentando conflitos militares; e práticas com a população de Ruanda que tiveram suas vidas marcadas pelo genocídio. Mais recentemente, seu uso tem sido explorado para promover ações locais relacionadas a projetos econômicos, ambientais e de ativismo político em favor dos direitos humanos (Denborough, 2019).

Diante de tais sofrimentos, e em oposição às práticas que enfatizam o tratamento e a cura de sofrimentos de origem social, as PNC se interessam pelo desenvolvimento de diferentes metodologias que valorizem o saber local popular e possibilitam formas suplementares de justiça e mudanças sociais mais amplas, tendo como foco um processo de mudança social, que não enfoque apenas no alívio da dor

individual. Nesse sentido, essas práticas possuem dois objetivos centrais: 1) identificar as habilidades e conhecimentos que as pessoas já utilizam para responder às dificuldades, sofrimentos e traumas vivenciados; e 2) possibilitar que esses saberes possam ser compartilhados para apoiar pessoas que vivenciam dificuldades semelhantes (Denborough, 2008, 2019).

A PNC se coloca como um fazer político, que visa reparar os efeitos do individualismo e dos saberes sociais dominantes. Por isso, trata-se de uma prática que rompe com o isolamento das pessoas, ao conectá-las entre si (Hinch, 2021). Alinhada às ideias da pedagogia crítica (Freire, 1987), as PNC reconhecem as relações de poder e os efeitos destas nos tipos de conhecimentos e de vivências que são privilegiadas ou marginalizadas no cotidiano da sociedade. Assim, buscam externalizar o sofrimento vivenciado, situando-o no âmbito do social, na tentativa de dar visibilidade aos discursos sobre gênero, raça, classe, orientação sexual e outras formas de opressão que atravessam esse sofrimento. Assim, possibilitam o protagonismo das pessoas e se conectam a uma ética relacional descentrada (Hinch, 2021).

Entende-se que o uso das PNC possui algumas intencionalidades comuns (Denborough, 2008, 2012, 2019), entretanto, o caminho para desenvolvê-las é diverso. Alguns compromissos presentes nas PNC são de construir uma atuação que: 1) seja alternativa a práticas de aconselhamento individual; 2) lute contra o individualismo, visando promover coletivismo; 3) entrelace os discursos individuais e coletivos acerca das experiências de sofrimento; 4) possibilite mudanças sociais e não apenas individuais (ou de autodesenvolvimento); 5) seja de povo para povo, de cultura para cultura, de grupo para grupo; 6) seja espaço seguro para compartilhar e testemunhar histórias; e 7) promova espaços para que as pessoas falem por meio dos/as profissionais e não para os/as profissionais.

A PNC pode ser desenvolvida por qualquer pessoa que tenha uma conexão com o público ou o território, com formação acadêmica ou não. O foco está no saber local e não nos saberes especializados, aposta-se, portanto, na ampliação do acesso dessas práticas de apoio (Denborough, 2019).

Esse aspecto descentraliza o saber técnico e especializado, produzindo uma ética que reconhece os saberes locais como legítimos e transformadores (Hinch, 2021). Isso implica em desafios importantes: é preciso garantir que o processo preserve a dignidade e o protagonismo das pessoas envolvidas, ao mesmo tempo em que se evita o risco de uma apropriação superficial das metodologias. No entanto, ganha-se potência em termos de acesso, participação e transformação local, à medida que a prática se torna parte da cultura de uma comunidade e não uma intervenção pontual conduzida “de fora para dentro” (Denborough, 2019; Freire, 1987).

Apesar de as PNC apostarem na liderança comunitária, de acordo com Romite e Rasera (2024) nota-se um predomínio de intervenções realizadas por profissionais da saúde mental, especialmente psicólogos e assistentes sociais. Isso que

indica certo distanciamento de uma das motivações originais das práticas narrativas coletivas, a qual enfatiza a relevância da participação ativa de membros da própria comunidade. Considerando que as PNC estão conectadas à diversidade cultural e comunitária, não há um jeito único de desenvolvê-las. Espera-se, inclusive, que práticas distintas sejam construídas em cada contexto, guiadas por uma pergunta central: Qual tipo de PNC é coerente de ser produzida nesse e com esse território? Para isso, vale a atenção à forma como as pessoas se expressam sobre si mesmas e suas vidas, pois é a partir dessas formas de nomear, sentir e significar suas experiências que se torna possível desenvolver metodologias que dialoguem com os saberes locais e promovam uma escuta não colonizadora (Denborough, 2008; Hinch, 2021). Atentar-se a essas expressões contribui para que as práticas não sejam sobrepostas às pessoas, mas construídas com elas, respeitando seus modos de existir, resistir e narrar.

Acreditamos que além de olhar para o contexto é necessário olhar para o público atendido e também para as intencionalidades da metodologia que será proposta. E esta deve favorecer movimentos de reflexão e ações de engajamento de mudanças das realidades, consonante com as ideias da pedagogia crítica (Freire, 1987).

METODOLOGIAS PROPOSTAS NO CAMPO DAS PRÁTICAS NARRATIVAS COLETIVAS

A partir dos trabalhos desenvolvidos por Denborough (2008) em seu livro *Práticas Narrativas Coletivas: Trabalhando com Indivíduos, Grupos e Traumas*, é possível organizar as metodologias narrativas coletivas a partir de, pelo menos, três propostas que serão explicadas a seguir: 1) metodologias narrativas coletivas metafóricas; 2) metodologias narrativas coletivas temáticas; 3) metodologias de documentação narrativa coletiva.

METODOLOGIAS NARRATIVAS COLETIVAS METAFÓRICAS

São as práticas que fazem uso da metáfora como recurso para guiar o diálogo sobre as histórias das pessoas, tanto em relação às dificuldades quanto aos aspectos que ajudam a construir aquilo que importa para elas.

Unir as ideias das práticas narrativas com metáforas culturais, para que se construam metodologias, foi uma iniciativa de Ncazbelo Ncube-Mlilo, ao sugerir a adaptação da metodologia de PNC nomeada *árvore da vida* (Denborough, 2019). Essa metodologia é composta por quatro etapas, sendo elas respectivamente: *árvore da vida*; *floresta da vida*; quando a tempestade chega; certificado e música. O processo tem início com a produção de reflexões individuais, segue com o entrelaçamento das vivências pessoais e coletivas e culmina no reconhecimento e na partilha social dos saberes e experiências construídos ao longo do percurso.

Inspirado na metodologia da *árvore da vida*, outras metodologias narrativas coletivas metafóricas foram desenvolvidas, tais como: *time da vida* (Denborough, 2008), *pipa da vida* (Denborough, 2010), *tatame da vida* (Reciclando mentes, 2012), *receitas da vida* (Wood, 2012), *ritmos da vida*

(Müller, 2013), jornada da vida (Denborough, 2014), celular da vida (Tse, 2016), bicicleta da vida (Leger, 2016), entre outras, citadas por Denborough (2019), como estações da vida, cruzando o rio, narrativas dentro da mala, miçangas da vida e bons ventos. Apesar de cada uma delas se guiar por uma metáfora específica, estão conectadas a princípios e etapas comuns.

O uso de figuras de linguagem, especialmente metáforas, facilita diálogos mais sintonizados com a realidade das pessoas, valorizando saberes e elementos da cultura local. Por isso, as metodologias narrativas coletivas metafóricas recorrem a imagens ligadas à natureza, esportes, música ou transportes, utilizando vocabulários presentes nos contextos cotidianos (Denborough, 2008). Essas metodologias combinam narrativas orais, visuais e escritas, organizadas em quatro etapas: (1) momento individual de reflexão sobre si; (2) compartilhamento coletivo para identificar conexões e diferenças; (3) diálogo sobre dificuldades a partir de metáforas coletivas; e (4) partilha dos conhecimentos com outras pessoas fora do grupo.

A metáfora é usada como porta de entrada para acessar sonhos, valores, crenças e vínculos significativos, permitindo à pessoa se reconectar com aspectos de sua identidade que foram ofuscados pelo sofrimento. Esse processo promove reautoria e reconstrói vínculos entre passado, presente e futuro (Denborough, 2019). Os problemas são abordados após o fortalecimento da identidade, com foco coletivo, e com o cuidado de evitar a linguagem que individualize o sofrimento. Assim, cria-se um espaço seguro de expressão, que favorece a reconexão com valores e aspirações (Denborough, 2008; White, 2006).

Exemplo disso é a metodologia da Bicicleta da vida (Leger, 2016), que articula diferentes etapas – como criar a bicicleta, formar o pelotão e celebrar com a comunidade – conectando histórias individuais com o território. Essa abordagem dialoga com a noção freiriana de situacionalidade, que amplia o engajamento e a ação transformadora (Freire, 1987). Por fim, é essencial que a aplicação dessas metodologias seja guiada pelas necessidades do público e do território, e não por uma técnica fixa. Elementos lúdicos, por exemplo, podem ser incorporados ao trabalhar com crianças. Novas metodologias continuam sendo criadas ou adaptadas para garantir coerência com os contextos locais e evitar a sobreposição do saber técnico ao saber popular.

METODOLOGIAS NARRATIVAS COLETIVAS TEMÁTICAS

São práticas que partem de uma temática de trauma comum, a qual o grupo ou a comunidade vivenciou e/ou esteja vivenciando.

LISTAS DE RESISTÊNCIA PSICOLÓGICA E SOCIAL

A lista de resistência psicológica e social foi criada em 2006, durante a guerra no Líbano, como uma alternativa ao enfoque psicodiagnóstico baseado em modelos biomédicos ocidentais, que reduziam as pessoas a possíveis transtornos.

Em vez de identificar patologias, essa proposta buscava reconhecer ações realizadas pelos indivíduos para proteger a si mesmos, aos outros e à comunidade nos momentos mais difíceis. Assim, a lista assumia um caráter não avaliativo, sendo utilizada para promover o diálogo (Denborough, 2008).

LINHA DO TEMPO E MAPAS DA HISTÓRIA

Influenciadas pela educação popular, a linha do tempo e os mapas da história são práticas que promovem a unidade na diversidade (Freire, 1992; Denborough, 2008), permitindo a construção de um senso coletivo de história e propósito por meio da representação visual de memórias e perspectivas distintas. Essas ferramentas atuam como dispositivos de reautoria coletiva, ao valorizarem esforços individuais e coletivos no enfrentamento de dificuldades, conectando-os à história, ao território, à comunidade e à cultura.

Quando aplicadas em contextos grupais ou comunitários, é importante partir de uma questão comum e explorar as diferentes relações com o tema. Em um exemplo descrito por Denborough (2008), com pessoas envolvidas de diferentes formas com o sistema prisional, a pergunta orientadora foi: “quando os seus questionamentos sobre o papel das prisões neste país se iniciaram?” (p. 145). A partir disso, datas significativas foram registradas com relatos breves, e a construção da linha do tempo ocorreu de forma gradual.

A linha do tempo permite que diferentes pessoas compartilhem quando e como começaram a se implicar com a temática abordada. Cada marco temporal é acrescido de um relato que inscreve memórias pessoais em um pano de fundo coletivo. Esses registros produzem um “documento vivo” que fortalece a construção de uma memória coletiva e contribui para o senso de agência comunitária em relação ao passado, presente e futuro (Denborough, 2008; Freire, 1992).

Enquanto a linha do tempo organiza as histórias no tempo cronológico, os mapas situam-nas geograficamente, permitindo visualizar territórios significativos e trajetórias percorridas pelas pessoas e suas famílias. Eles podem representar, por exemplo, deslocamentos entre países e locais que contribuíram para reduzir o sentimento de isolamento, como áreas alcançadas por estações de rádio (Denborough, 2008).

EXTERNALIZAÇÃO COLETIVA E TEATRO NARRATIVO

A proposta de externalização coletiva por meio de um teatro narrativo foi desenvolvida por Yvonne Sliep, em parceria com a organização CARE no Malawi, durante ações de enfrentamento à epidemia de HIV/AIDS (Denborough, 2008). A atividade consistia em personificar a AIDS como “Sr. AIDS” e, por meio de entrevistas fictícias conduzidas pela comunidade, explorar sua presença e impacto na vida das pessoas. Em seguida, era entrevistado o “Sr./Sra. Cuidado”, com o objetivo de destacar estratégias de enfrentamento e proteção frente ao problema (Denborough, 2008).

METODOLOGIAS DE DOCUMENTAÇÃO DE NARRATIVA COLETIVA

O uso de documentos nas práticas narrativas coletivas (PNC) é influenciado por White e Epston (1990), que destacam a importância da documentação terapêutica e da produção de contra-documentos, isto é, registros que se contrapõem às narrativas dominantes. Um exemplo é a certidão de vida, construída com pessoas enlutadas, como alternativa à certidão de óbito, valorizando aspectos significativos da relação com a pessoa falecida (Fareez, 2019).

Para Denborough (2008), os documentos nas PNC têm como objetivo registrar habilidades e conhecimentos utilizados pelas pessoas para enfrentar dificuldades, ajudando a reduzir o sentimento de isolamento frequentemente causado pelo sofrimento. Além disso, funcionam como ponto de partida para o diálogo com comunidades, priorizando saberes locais e evitando uma posição de especialista (Denborough, 2019).

O autor destaca ainda a importância de utilizar privilégios profissionais para construir práticas não opressoras. Os documentos colaboram para que os padrões de linguagem dos profissionais não se sobreponham aos das pessoas atendidas, legitimando seus saberes e promovendo relações mais horizontais. Nesse sentido, sua pergunta inicial "Você quer ouvir uma história?" visa respeitar o tempo e o contexto das comunidades, reconhecendo que escutar pode ser mais potente do que iniciar falando (Denborough, 2019).

Esses documentos devem incluir a "dupla história": por um lado, relatos de dificuldades e sofrimentos que promovem reconhecimento e pertencimento; por outro, histórias de resistência, valores e habilidades que favorecem a construção de futuros possíveis (Denborough, 2008). Sempre que possível, recomenda-se incorporar aspectos intergeracionais (Denborough, 2010). A documentação pode assumir diversos formatos — cartas, poemas, músicas, listas ou vídeos (Denborough, 2008; White & Epston, 1990) — e pode ser finalizada ou permanecer como documento vivo, aberto a novos acréscimos com base nas contribuições de outras pessoas ou grupos que compartilham experiências semelhantes (Newman, 2016).

O campo das PNC reúne diversas metodologias com foco em transformação social. Essas metodologias podem ser aplicadas de forma itinerante, em diferentes grupos ou comunidades, ou com um grupo específico, tanto em encontros únicos quanto em múltiplas sessões.

APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS ENTRE AS PRÁTICAS NARRATIVAS COLETIVAS (PNC) E AS PRÁTICAS NARRATIVAS EM GRUPO (PNG)

Neste trabalho, estamos denominando como PNG as práticas que propõem intervenções narrativas realizadas em contextos grupais, com foco na reconstrução das relações das pessoas com seus problemas ou dificuldades. Essas práticas não necessariamente partem de uma experiência coletiva de trauma ou sofrimento social compartilhado, e tendem a ter como objetivo principal a transformação da

relação individual com o problema, mesmo que realizadas em grupo.

Conforme já mencionado, a partir da revisão realizada por Romite e Rasera (2024), observa-se que as PNC vêm sendo desenvolvidas, em grande parte, de forma próxima à PNG. Isso se nota pelo foco predominante nas transformações individuais mediadas por processos grupais, em detrimento da promoção de mudanças coletivas e comunitárias, o que revela um afastamento das premissas originais que orientam as PNC. Tal distanciamento compromete o potencial dessas práticas para fomentar processos de empoderamento e fortalecimento comunitário.

Nesse sentido, entende-se que esse cenário talvez esteja contribuindo para a invisibilização de distinções conceituais e metodológicas relevantes entre as PNC e as PNG, levantando a hipótese de que os termos "coletivo" e "grupo" vêm sendo utilizados como sinônimos. Diferenciar PNC de PNG não se trata apenas de uma questão terminológica, mas de uma delimitação fundamental das intencionalidades do facilitador, dos compromissos éticos e dos possíveis efeitos das metodologias adotadas. Tal distinção permite qualificar intervenções que visam à transformação social por meio da coletivização do sofrimento, além de favorecer o desenvolvimento de práticas mais situadas, coerentes e alinhadas aos objetivos ético-políticos que fundamentam as PNC (Denborough, 2008; Hinch, 2021; Romite & Rasera, 2024).

Tendo isso em vista, faz-se necessário considerar que, apesar de as palavras grupo e coletivo significarem a abrangência ou conjunto de pessoas e coisas, o termo grupo denota uma proximidade física entre as pessoas, mas não necessariamente um vínculo relacional ou comunitário entre elas. Em contrapartida, a palavra coletivo traz um diferencial importante referente a um senso de pertencimento, referindo-se a uma crença subjetiva em aspectos comuns que conectam diferentes indivíduos, os quais pensam em si mesmos como membros de uma coletividade composta por valores, medos, experiências, sofrimentos comuns, com ênfase nas características culturais, comunitárias e raciais.

De acordo com Brown (2006), nem sempre um grupo possui um senso de identidade coletiva. Para o autor, identidade coletiva pode ser compreendida como a somatória de várias histórias contadas juntas e/ou também pelos laços relacionais que unem um grupo para contar essas histórias. Chegar a um consenso sobre isso não é uma tarefa simples; afinal, o que determina o sentido do coletivo: as histórias que as pessoas produzem juntas ou os vínculos que já possuem?

Dentro do âmbito das PNC, compreendemos que o coletivo não contempla apenas o sentido substantivo do termo, como um conjunto de seres da mesma espécie, ele vai além, visto que propõe práticas que fazem uso do coletivo como verbo, ou seja, ações que visam coletivizar as vivências e respostas a elas. Esse princípio do coletivismo não deve invisibilizar as diferenças individuais, pois considera-se o senso de *communitas*, o qual entrelaça os discursos individuais e coletivos envolvidos em uma mesma experiência (Turner, 1969 citado por Denborough, 2008, 2019). No entanto, para Denborough (2008, p.143): "um dos

desafios de trabalhar com grupos de pessoas é o de descobrir de que forma podemos fortalecer a unidade ao mesmo tempo que fortalecemos a diversidade". Visto que o foco não é padronizar as vivências e correr o risco de criar narrativas únicas, mas sim ampliar ao máximo as possibilidades de compreensão de uma situação e das formas de reagir a elas.

Em síntese, as PNC envolvem a noção de coletivo que contempla "o" coletivo, o coletivizar-se, a coletividade e o coletivismo. Deste modo, o que vai determinar se uma prática é coletiva ou não será a perspectiva adotada e não apenas a composição (individual ou grupal). Uma prática se torna coletiva não apenas por suas características estruturais, mas também a partir das compreensões e posicionamentos adotados por quem a propõe. Nesse sentido, a coletivização da experiência está relacionada à forma como o grupo ou a ação é interpretada e conduzida pela profissional, e não à ação em si, que não é necessariamente coletiva por si mesma.

Além disso, prioriza-se uma linguagem coletiva ao permitir que as pessoas compartilhem suas experiências na terceira pessoa. Em vez de focar no eu, foca-se no nós. Isto é, a pessoa passa a ocupar o papel de representante daquelas vivências, por exemplo, uma mulher que sofreu violência pode não apenas falar sobre si, mas também enquanto representante do ser mulher em uma sociedade patriarcal e machista. Entende-se que isso contribui para a construção da coletivização das emoções e das experiências, fazendo com que as pessoas falem sobre si, para e pelos outros (Denborough, 2019). O trabalho está em construir espaços onde padrões discursivos coletivos sejam produzidos em torno de vivências de sofrimento, dificuldades e traumas, a fim de que não haja apenas a escuta e a valorização da narrativa individual acerca dos efeitos dos problemas e das respostas a eles. Isso é diferente, portanto, de trabalhos que focam apenas no uso dos recursos narrativos em contextos grupais.

Nesse sentido, compreendemos que o que caracteriza as PNC não é o estar em grupo e sim a promoção de diálogos capazes de articular as pessoas em prol da produção de narrativas coletivas acerca das experiências em torno de vivências comuns, entrelaçando os discursos individuais e coletivos. É necessário comunalizar os sofrimentos, pois isso pode retirar a pessoa do isolamento e provocar uma mudança no modo em que ela se relaciona com as situações e sentimentos.

É importante reconhecer que um espaço grupal pode se tornar coletivo ao longo do processo, a partir das conexões e afetamentos que emergem das narrativas compartilhadas. A coletivização não é uma característica estrutural do grupo, mas uma construção relacional, ético-política e narrativa, que pode ser favorecida ou não pela condução e pelas intenções metodológicas da prática (Denborough, 2019; Freire, 1992; White, 2006).

Denborough (2008) relata sua experiência com Paul como um exemplo de prática individual orientada por um propósito coletivo. Paul, um homem, que na época estava em cumprimento de pena por violência sexual, cuja trajetória foi

marcada por severas experiências de negligência e violência na infância. Ao trabalhar sua narrativa, Denborough propôs que Paul contasse sua história em terceira pessoa e a transformasse em um recurso escrito voltado à prevenção, compartilhando-a com jovens de uma escola. Ao fazer isso, o autor desloca o foco do individual para o coletivo, tratando a história de Paul como expressão de um problema social e como oportunidade de transformação no território comunitário.

Conforme salientado por Denborough (2008), estar em grupo não assegura que os problemas sejam abordados coletivamente. Por isso, faz-se necessário prestar atenção ao modo com que os diálogos estão sendo produzidos no espaço grupal e qual o tipo de linguagem está sendo mais enfatizada, se a do individualismo ou do coletivismo. O grupo pode ser um território fértil para a coletivização das vivências, dos sentimentos e na construção coletiva de práticas de enfrentamento. No entanto, ele também pode se tornar apenas um espaço de compartilhamento de narrativas individuais sobre o sofrimento e narrativas que focam no indivíduo como sendo o problema e o alvo das soluções ou do que precisa ser transformado. Em oposição a essa visão, a perspectiva coletiva de intervenção dialoga com a ideia de Freire (1987) de que para auxiliar uma pessoa se faz necessário afetar toda a comunidade e para transformar a comunidade as pessoas precisam ser afetadas. E isso deve ser central nas PNC.

Em razão disso, mesmo que as PNC sejam desenvolvidas em contextos grupais e/ou comunitários, é de extrema relevância o diálogo entre comunidades para a construção de espaços de troca que visam o compartilhar das vivências de sofrimento e superação, tornando-se então testemunhas uns dos outros (Denborough, 2019). Nesse sentido, é importante refletir quais tipos de práticas são possíveis de se desenvolverem em contextos grupais, os quais nem sempre possuem um senso de pertencimento. O que se modifica no jeito de fazer as PNC considerando o formato, o contexto e a composição do trabalho?

Compreendemos que seguir os princípios das PNC, mais do que apenas suas metodologias, pode ser um caminho potente para quem deseja desenvolvê-las. Sobre um grupo que realizamos com adolescentes há um relato aceito para publicação na Revista SPAGESP: "O uso dos princípios narrativos em um grupo com adolescentes em sofrimento emocional". Inspirado nessas ideias, os princípios das PNC foram convertidos em autoquestionamentos orientadores.

Ao longo do grupo, consideramos que os/as adolescentes sempre se posicionavam e reagiam de algum modo aos problemas vividos por eles/as. Reconhecemos que em toda história que os/as adolescentes nos contavam existia duas narrativas: a do problema em si e a de como o/a adolescente reagiu a ele. Entendemos as histórias de superação de um problema na vida dos/as adolescentes como meio de reconhecimento de recursos, forças, habilidades, capacidades e valores já existentes. Relacionamos as experiências individuais com situações coletivas. Construímos formas de os/as adolescentes se perceberem como úteis e responsáveis socialmente, capazes de

contribuir com suas histórias e ações para a vida de outras pessoas que também passam por situações difíceis.

Esses questionamentos nos ajudavam a sustentar uma leitura coletiva da prática: uma prática se torna coletiva não apenas por seu formato ou composição grupal, mas pela maneira como é compreendida, conduzida e situada pelas pessoas que a facilitam. A coletivização, nesse sentido, não está dada na ação em si, mas na intenção ética e política de produzir encontros que ampliem o senso de pertencimento, responsabilização compartilhada e construção de histórias conectadas (Denborough, 2019; Freire, 1992).

Considerando todos os pressupostos que embasam as PNC, é possível compreender os motivos que fazem com que não se tenha uma definição exata do que torna uma intervenção uma PNC ou não. Ela é uma prática plural que reconhece a importância de adaptar a atuação com base nos contextos, nas culturas, nas populações e temáticas. No entanto, para quem deseja experimentar o uso dessas práticas, o processo de construção metodológica pode se tornar um pouco confuso. Assim, entendemos que, além de se conectar aos princípios, pensar a partir dos formatos e metodologias já existentes também pode ser útil.

Dessa forma, é possível construir grupos que focam mais nos princípios narrativos do que nos recursos do processo terapêutico narrativo. Enfatizando, por exemplo, que as posturas do facilitador do grupo e os recursos dialógicos utilizados respondam as premissas básicas das práticas narrativas: a) postura descentrada do facilitador e centrada no saber dos participantes; b) abordagem dos problemas a partir da lógica externalizante; c) aposta na dupla escuta e na construção de narrativas alternativas; d) ênfase no detalhamento das histórias; e) uso intencional de perguntas (Lion et al., 2023).

Para Dean (1998), de forma geral, o trabalho narrativo em grupo consiste em unir pessoas que compartilham de condições e/ou vivências semelhantes, por exemplo, pessoas que possuem alguma doença crônica ou algum diagnóstico em comum. Assim como em grupos propostos por outras perspectivas teóricas em Psicologia e áreas afins, o grupo nesse caso favorecerá a diminuição da sensação de solidão em meio às vivências e, consequentemente, um aumento do senso de pertencimento e ação frente aos problemas (Menard et al., 2018). De modo particular, na modalidade teórica narrativa, a estratégia de atendimento em grupo permite espaço para: a) escuta, validação e testemunho de histórias; b) ampliação de histórias; c) reação, questionamento e exploração de vivências e seus efeitos; d) externalização de problemas e criação de narrativas preferidas (Dean, 1998).

Há autores que nomeiam essas práticas de “terapia narrativa em grupo” (Behan, 1999; Looyeh et al., 2012; Mohammadi et al., 2012) ou “psicoterapia narrativa de grupo” (Laube, 1998), já outros de “intervenção narrativa em grupo” (Kamali & Looyeh, 2013); ou “grupo terapêutico de terapia narrativa coletiva” (Zhou et al., 2020) e “grupo de aconselhamento baseado na terapia narrativa” (Koganei et al., 2021).

Alguns exemplos do uso das PNG podem ser consultados nos trabalhos com homens gays (Behan, 1999); mulheres australianas com depressão e transtorno alimentar (Weber et al., 2006); adolescentes iranianos órfãos (Mohammadi et al., 2012); adolescentes iranianos com baixa sensação de autoestima e autoeficácia (Mohammadi et al., 2012) crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) (Kamali & Looyeh, 2013; Looyeh et al., 2012); crianças iranianas com fobia social (Looyeh et al., 2014); familiares de pessoas chinesas com esquizofrenia (Zhou et al., 2020); pessoas com deficiência intelectual (McKenzie-Smith, 2020); mulheres japonesas com depressão (Koganei et al., 2021); adolescentes chineses com comportamentos de uso abusivo de internet (Gong et al., 2022).

No que se refere ao modo de desenvolver as PNG, há autores que enfatizam o uso da externalização por meio metáfora de contação de história para trabalhar sentimentos e novas relações com “o” problema (Kamali & Looyeh, 2013; Looyeh et al., 2012; Looyeh et al., 2014). Outros, ainda, fazem uso da dramatização e/ou de metáforas relacionadas à cultura local para abordar as histórias do problema e às alternativas a ele (Koganei et al., 2021; Zhou et al., 2020). Gong et al. (2022) e Zhou et al. (2020), além de fazerem uso de recursos narrativos, incluíram práticas de exercício físico na sua proposta grupal, tais como pilates e yoga, como atividades complementares a fim de potencializar os efeitos das propostas interventivas.

Há ainda a utilização de metodologias narrativas coletivas metafóricas enquanto uma opção de dinâmica grupal para favorecer o diálogo e a reflexão, conhecer o grupo e ampliar as possibilidades de ações no grupo e para além dele (Carvalho et al., 2022; Darnell, 2017; Koganei et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas reflexões desenvolvidas no artigo, compreendemos que reconhecer as diferenças entre as PNC e PNG é necessário tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Tal distinção não se trata apenas de uma questão terminológica, mas envolve compreender os diferentes propósitos, modos de condução e efeitos esperados de cada abordagem. Enquanto as PNG tendem a enfatizar a mudança individual mediada por um contexto grupal, as PNC têm como foco a construção coletiva de sentidos, com base no compartilhamento de saberes locais, histórias de vida e formas de resistência, visando a transformação social.

Diferenciar essas práticas permite tornar visível o risco de se aplicar metodologias inspiradas nas PNC sem os compromissos éticos e políticos que lhes dão sustentação, o que pode levar à sua apropriação de forma tecnicista e descontextualizada. Além disso, esse debate pode oferecer contribuições para que profissionais e pesquisadoras/os reflitam sobre o desenvolvimento de práticas mais situadas, com maior clareza quanto à intencionalidade coletiva, o que pode ampliar o potencial transformador das intervenções em contextos sociais diversos. Compreender o que de fato constitui uma prática narrativa coletiva contribui, portanto, para o fortalecimento de metodologias comprometidas com

o empoderamento comunitário e com a construção de espaços de resistência ao sofrimento social, evitando sua diluição em propostas meramente terapêuticas ou focadas na mudança individual.

Um bom começo para desenvolver PNC pode ser se aproximar dos diferentes usos que elas assumem, o que ajuda a fazer escolhas mais intencionais ao longo do caminho. Afinal, não há um modelo único, e adaptações são parte importante do processo. É útil reconhecer que: a) nem toda prática em grupo é uma PNC, o que demanda mais estudos sobre grupo e coletivo no âmbito das práticas narrativas; b) PNC e PNG têm semelhanças, mas também diferenças em suas intenções e usos, especialmente quanto às mudanças individuais e/ou coletivas que promovem; c) as PNC visam construir narrativas coletivas sobre sofrimentos com foco em transformação social, enquanto as PNG criam espaços terapêuticos para transformação de narrativas individuais; d) é importante conhecer melhor as metodologias utilizadas nas PNG; e) é necessário refletir sobre o objetivo da prática (terapêutico e/ou social) e o contexto em que será aplicada.

Por fim, compreendemos que o presente estudo apresenta o início de um diálogo acerca da demarcação dos encontros e desencontros entre as PNC e as PNG, assim sendo, salientamos a relevância de novos estudos para aprofundar tais aspectos.

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Certificamos que todas as autoras participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autora pode ser atribuída como se segue: C.M.L. contribuiu para a conceitualização, investigação, visualização e redação – preparação do rascunho inicial, revisão e edição da redação final. L.V.S., L.T.V. e N.B.C. contribuíram na visualização e redação - preparação do rascunho inicial, revisão e edição da redação final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

As autoras declaram que não há conflitos de interesse no manuscrito submetido.

DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

A pesquisa relatada no manuscrito foi financiada parcialmente pela bolsa de doutorado da primeira autora (Capes - Financiamento 001).

REFERÊNCIAS

- Batista, J. B., Magalhães, C., Pinheiro, P., Pinheiro, A., Rosa, C., Silva, J., & Gonçalves, M. (2018). Terapia narrativa de reautoria. In I. Leal (Coord.), *Psicoterapias* (pp. 186-202). Pactor. <http://hdl.handle.net/11328/2176>
- Behan, C. (1999). Linking lives around shared themes: Narrative group therapy with gay men. *Gecko*, 2, 18–34. <https://www.dulwichcentre.com.au/Linking-lives-by-Chris-Behan.pdf>
- Brown, A. D. (2006). A narrative approach to collective identities. *Journal of Management Studies*, 43(4), 731–753. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2006.00609.x>
- Darnell, C. (2017). Using narrative practices in a group sex therapy context. *Sexual and Relationship Therapy*, 33(3), 1–12. <https://doi.org/10.1080/14681994.2017.1329522>
- Dean, R. G. (1998). A narrative approach to groups. *Clinical Social Work Journal*, 26(1), 23–37. <https://doi.org/10.1023/A:1022893411425>
- Carvalho, A. S. C. de, Araújo, L. P. C. R, Queiroz, A. C. O., & Guimarães, L. A. (2022). Grupo com crianças no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Inspirado pelas práticas narrativas coletivas. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 31(72), 23–27. <https://www.doi.org/10.38034/nps.v31i72.649>
- Denborough, D. (2008). *Práticas narrativas coletivas: Trabalhando com indivíduos, grupos e comunidades que vivenciaram traumas*. (A. Muller, Trad.). Dulwich Centre Publications.
- Denborough, D. (2010). *Kite of Life: From intergenerational conflict to intergenerational alliance*. Dulwich Centre Publications.
- Denborough, D. (2012). A storyline of collective narrative practice: a history of ideas, social projects and partnerships. *The International Journal of Narrative Therapy and Community Work*, 1, 40–65. https://dulwichcentre.com.au/wp-content/uploads/2023/02/A_storyline_of_collective_narrative_practice_a_history_of_ideas_social_projects_and_partnerships_by_David_Denborough.pdf
- Denborough, D. (2014). *Retelling the stories of our lives: Everyday narrative therapy to draw inspiration and transform experience*. W. W. Norton & Company.
- Denborough, D. (2019). *Você quer ouvir uma história? Aventuras em práticas narrativas coletivas*. (A. Müller, Trad.). Dulwich Centre Publications. (Original publicado em 2018).
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Fareez, M. (2019). A certidão de vida: Uma ferramenta para trabalhar o luto em Singapura. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(63), 5–20. <https://doi.org/10.38034/nps.v28i63.472>
- Gong, Y., Gong, N., Zhang, Z., He, Y., & Tang, H. (2022). Effect of narrative therapy-based group psychological counseling on internet addiction among adolescents. *Iranian Journal of Public Health*, 51(6), 1331–1338. <https://doi.org/10.18502/ijph.v51i6.9678>

- Grandesso, M. A. (2011). Dizendo olá novamente: A presença de Michael White entre nós, terapeutas familiares. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 41, 99–118. <http://www.revistanps.com.br/index.php/nps/article/view/208>
- Hinch, S. (2021). Message in a bottle: Collective narrative practice as critical pedagogy in counselling education. *Australian Counselling Research Journal*, 15(1), 1–11. <https://www.acrjournal.com.au/resources/assets/journals/Volume-15-Issue-1-2021/Manuscript1%20-%20Message%20in%20a%20Bottle.pdf>
- Kamali, K., & Looyeh, M. Y. (2013). Narrative intervention: A school-based counselling strategy for students with attention-deficit/hyperactivity disorder. *Intervention in School and Clinic*, 48(5), 307–312. <https://doi.org/10.1177/1053451212472728>
- Koganei, K., Asaoka, Y., Nishimatsu, Y., & Kito, S. (2021). Women's psychological experiences in a narrative therapy-based group: An analysis of participants' writings and beck depression inventory—second edition. *Japanese Psychological Research*, 63(4), 466–475. <https://doi.org/10.1111/jpr.12326>
- Laube, J. J. (1998). Therapist role in narrative group psychotherapy. *Group*, 22(4), 227–243. <https://doi.org/10.1023/A:1022107001720>
- Leger, M. (2016). Exploring the bicycle metaphor as a vehicle for rich story development: A collective narrative practice project. *The International Journal of Narrative Therapy and Community Work*, 2, 17–35. <https://dulwichcentre.com.au/wp-content/uploads/2020/01/1-Exploring-the-bicycle-metaphor-as-a-vehicle-for-rich-story-development-by-Marc-Leger.pdf>
- Lion, C. M., Souza, L. V. e, Vidotto, L. T., & Centurion, N. B. (2023). Uso dos princípios narrativos em um grupo com adolescentes em sofrimento emocional. *Revista da SPAGESP*, 24(1), 17–32. <https://vinculo.nesme.org.br/SPAGESP/article/view/39>
- Looyeh, M. Y., Kamali, K., & Shafieian, R. (2012). An exploratory study of the effectiveness of group narrative therapy on the school behavior of girls with attention-deficit/hyperactivity symptoms. *Archives of Psychiatric Nursing*, 26(5), 404–410. <https://doi.org/10.1016/j.apnu.2012.01.001>
- Looyeh, M. Y., Kamali, K., Ghasemi, A., & Tonawanik, P. (2014). Treating social phobia in children through group narrative therapy. *The Arts in Psychotherapy*, 41, 16–20. <https://doi.org/10.1016/j.aip.2013.11.005>
- Menard, R. G., Robinson, K. D., Lane, D. E., & Lane, W. D. (2018). Group approach to narrative therapy: A review of the literature. *The Journal of Counseling Research and Practice*, 3(1), 43–55. <https://doi.org/10.56702/UCKX8598/jcrp0301.4>
- McKenzie-Smith, L. (2020). Are narrative therapy groups effective for people with intellectual disabilities? A critical review of the literature. *Tizard Learning Disability Review*, 25(4), 213–222. <https://doi.org/10.1108/TLDR-05-2020-0008>
- Müller, A. (2013). Ritmos da vida: Ajudando crianças na superação da separação. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 45, 34–46. <http://www.revistanps.com.br/index.php/nps/article/view/229/217>
- Mohammadi, A. Z., Abedi, A., & Panah, F. M. (2012). Group narrative therapy effect on self-esteem and self-efficacy of male orphan adolescents. *Practice in Clinical Psychology*, 1(1), 55–60. <http://jpcp.uswr.ac.ir/article-1-28-en.html>
- Newman, D. (2016). How we deal with 'way out thoughts': A living document ways of talking with young people about suicidal thoughts. *The International Journal of Narrative Therapy and Community Work*, 4, 59–66. <https://dulwichcentre.com.au/wp-content/uploads/2017/01/How-we-deal-with-way-out-thoughts-by-David-Newman.pdf>
- Reciclando Mentes. (2012). *Tatame da vida*. https://reciclandomentes.org/featured_item/nome-do-projeto-1
- Romite, P., & Rasera, E. F. (2024). Práticas narrativas coletivas como cuidado psicossocial: Uma revisão de literatura. *Psicologia Clínica*, 36, e001. <https://doi.org/10.33208/pc1980-5438v036e001>
- Tse, H. C. (2016). *Collective narrative practice with young people with aspergers who experienced bullying in their lives*. <https://dulwichcentre.com.au/collective-narrative-practice-with-young-people-with-asperger-who-experienced-bullying-in-their-lives-by-chris-tse/>
- Weber, M., Davis, K., & McPhie, L. (2006). Narrative therapy, eating disorders and groups: Enhancing outcomes in rural NSW. *Australian Social Work*, 59(4), 391–405. <https://doi.org/10.1080/03124070600985970>
- Wood, N. R. (2012). Recipes for life. *The International Journal of Narrative Therapy and Community Work*, 2, 34–43. <https://dulwichcentre.com.au/wp-content/uploads/2020/07/Recipes-for-life-by-Natale-Rudland-Wood.pdf>
- White, M. (1984). Pseudo-encopresis: From avalanche to victory, from vicious to virtuous cycles. *Family Systems Medicine*, 2(2), 150–160. <https://doi.org/10.1037/h0091651>
- White, M., & Epston, D. (1990). *Narrative means to therapeutic ends*. WW. Norton.
- White, M. (2006). Responding to children who have experienced significant trauma: A narrative perspective. In M. White & A. Morgan (Orgs.), *Narrative therapy with children and their families* (pp. 85–97). Dulwich Centre Publications.

White, M. (2007). Maps of narrative practice. W. W. Norton

Zhou, D. R., Chiu, Y. M., Lo, T. W., Lo, W. A., Wong, S., Leung, C. H. T., Yu, C., Chang, Y. S. G., & Luk, K. (2020). An unexpected visitor and a sword play: A randomized controlled trial of collective narrative therapy groups for primary carers of people with schizophrenia. *Journal of Mental Health*, 32, 351-362.
<https://doi.org/10.1080/09638237.2020.1793123>

Recebido em: 19/11/2022

Primeira decisão editorial em: 11/07/2025

Aceito em: 25/09/2025